

Expurgo sai na próxima semana

O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Atila, anunciou ontem que já no início da próxima semana estarão prontas as medidas determinando o expurgo do INPC e da correção monetária das altas de preços dos combustíveis, dos derivados de trigo e de produtos afetados pelas enchentes no Sul e seca no Nordeste.

Declarou ele desconhecer qual a forma legal pela qual será aplicado o expurgo, informando apenas que é que o governo estuda, no momento, é a melhor metodologia para adotar a medida.

O ministro da Fazenda, Ernane Galvésas, afirmou ontem que expurgar dos índices oficiais os aumentos de preço decorrentes de retiradas de subsídios e de catástrofes climáticas "é muito importante para a eficácia do pacote econômico". Mas, segundo ele, ainda não há fórmulas definidas para determinar o expurgo porque elas dependem da conclusão de dois estudos técnicos: um do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e outro da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O porta-voz do Palácio do Planalto também garantiu que o governo já optou pelo expurgo e adiantou que ele será feito sobre todos os índices econômicos e não apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), "de modo a não penalizar apenas os assalariados". Para o porta-voz do Palácio do Planalto, embora haja urgência na realização dos estudos técnicos do IBGE e da FGV — não há "premência", já que o cálculo dos novos índices será no final do mês, época em que também será feito o expurgo.

Para Galvésas, além do expurgo, o governo pensa mesmo em adotar também um controle maior sobre a lista de mais de 200 produtos acompanhados hoje pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP). Ele, entretanto, foi evasivo e não quis detalhar que tipo de controle será feito: "É isto que anda sendo noticiado por aí, com algumas modificações que estão sendo trabalhadas", disse ele.

Questionado se o controle seria intensificado com o rebaixamento de 90 por cento do INPC para 80 por cento deste índice os aumentos permitidos aos produtos sob controle do CIP, o ministro ficou indeciso. "E. Não sei. Não é da minha área, mas é mais ou menos isso que tem sido noticiado". Galvésas irritou-se, entretanto, quando lhe perguntaram sobre declarações feitas, pelo assessor especial do ministro Delfim, Akihiro Ikeda, de que o expurgo atingiria a todos os índices e seria de 5 por cento. "Quem disse que é de 5 por cento, se os estudos ainda não foram concluídos?" perguntou irritado.

"Não sei que números vão sair do IBGE e da FGV depois de realizados os estudos técnicos. É prematuro adiantar algum número", disse Galvésas. A respeito de que novas medidas estariam em gestação para complementar o primeiro pacote econômico, o ministro, já sentado em seu carro, limitou-se a dizer: "Boa viagem", é bateu a porta.